

Gerardo Margela



Na presidência da sessão, Renan Calheiros (C) manifesta-se a favor de alterações na tramitação das medidas provisórias

Em sessão que se prolongou até as 23h08, Plenário votou 23 propostas

## Senado aprova projetos que agilizam Justiça

O Plenário do Senado aprovou ontem dois projetos de lei que alteram o Código de Processo Civil para dar mais celeridade à fase de recurso dos processos

judiciais. De autoria do Executivo, as propostas só dependem agora da sanção do presidente da República para se transformar em lei. **Página 4**

### Ensino fundamental passa de oito para nove anos

Vai à sanção presidencial o projeto que amplia a duração do ensino fundamental oferecido a crianças a partir dos seis anos. Também foi aprovada e vai à Câmara a proposta que amplia até 2016 a vigência do Fundef. **Página 5**

### MPs são acolhidas, mas regras devem mudar

Depois de muita discussão, o Plenário aprovou a medida provisória que abre crédito de R\$ 673,6 milhões no Orçamento para a recuperação de estradas federais e para obras de infra-estrutura. Também foi acolhido o projeto de conversão da MP que altera o seguro de crédito às exportações. Os senadores concluíram que é preciso modificar o processo de elaboração do Orçamento e as regras das MPs – a proposta que disciplina sua edição deve ser votada quarta-feira. **Página 3**

Moreira Matiz



No Plenário, líderes da oposição argumentaram que o governo tem abusado da edição de medidas provisórias

## Palocci começa a depor às 10h na CPI dos Bingos

Marcia Kalume



Efraim Morais (C) promete iniciar às 10h em ponto o depoimento de Palocci

Anteriormente marcado para a tarde, o depoimento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na CPI dos Bingos foi antecipado para as 10h de hoje. A mudança é resultado de entendimento entre os líderes partidários e o ministro. Já a discussão e a votação do relatório parcial sobre o caso GTech/Caixa, previstas para ontem, foram adiadas

para a próxima terça-feira. Os senadores tomaram essa decisão logo após o recebimento de oito emendas ao relatório de Garibaldi Alves Filho. Uma das emendas, do senador Valdir Raupp, propõe que sejam retirados do documento os nomes de Jorge Mattoso, Paulo Bretas, Carlos Eduardo Fernandes da Silveira e José Carlos Alves. **Página 7**

### Proposta que regula cooperativas será votada dia 14

A Comissão de Agricultura marcou para 14 de fevereiro a votação do projeto que regulamenta as sociedades cooperativas. O debate com três ministros do governo ocorrerá no dia 9. **Página 4**



Supremo decidiu arquivar ação contra ministro Ronaldo Sardenberg, do governo FHC, por improbidade administrativa

## Simon protesta contra arquivamento de processo pelo STF

Pedro Simon (PMDB-RS) protestou contra decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de arquivar processo contra o então ministro da Ciência e Tecnologia do governo Fernando Henrique Cardoso, Ronaldo Sardenberg, por infração à Lei 8.429/92, que trata de improbidade administrativa. Para Simon, a decisão abre precedente para o arquivamento de cerca de 10 mil ações desse gênero que tramitam no STF.

Simon lembrou que Sardenberg foi condenado pela Justiça Federal de Brasília por uso indevido de avião da Força Aérea Brasileira em viagens de turismo. O governo de Fernando Henrique recorreu da condenação.



Decisão pode abrir precedente no exame de outros processos, observa Pedro Simon

O recurso já foi julgado precedente por maioria de votos no Plenário do STF e deverá ser anunciado somente em março, uma vez que houve pedido de vista do ministro Joaquim Barbosa.

## Mão Santa aponta gastos excessivos com fotocópias

Mão Santa (PMDB-PI) criticou o governo Lula por gastar mais com fotocópias do que no programa de combate à fome. Citando informações divulgadas pela imprensa, o senador disse que, no triênio 2003/2005, os ministérios gastaram cerca de R\$ 282 milhões com o pagamento de fotocópias, cerca de R\$ 94 milhões por ano, enquanto o Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pelos programas sociais do go-



Segundo Mão Santa, governo gastou mais com fotocópias que em programas sociais

verno, gastou em 2005 apenas R\$ 87,4 milhões. Com isso, afirmou, quem está ganhando são os catadores de lixo, que consideram a Esplanada dos Ministérios um dos locais mais lucrativos para a categoria.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Senadores discutem PEC que muda rito de medidas provisórias

O Senado realiza sessão deliberativa a partir das 14h. Na pauta, a terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que dispõe sobre a edição de medidas provisórias. Uma nova MP (268/05), que

libera recursos para os ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa, foi lida ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e passa a trancar a pauta do Plenário da Casa.

## Antonio Palocci fala às 10h à CPI dos Bingos

Antecipado para as 10h o depoimento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci (foto), aos integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos. O ministro comparece à CPI na condição de convidado. A reunião com Antonio

Palocci estava inicialmente prevista para as 17h, mas foi antecipada para o período da manhã, após entendimentos entre lideranças e o ministro, segundo informou o presidente do colegiado, senador Efraim Morais (PFL-PB).



## Comissão vota indicação para embaixada da Bulgária

Às 9h30, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota a indicação de Paulo Américo Veiga Wolowski para a embaixada do Brasil junto à República da Bulgária e, cumulativamente, os cargos de embaixador do Brasil nas repúblicas da

Bósnia-Herzegovina e da Macedônia. O colegiado vota ainda a indicação de Carlos Alberto Ferreira Guimarães para ocupar a embaixada do Brasil junto à República Gabonesa, acumulando o cargo de embaixador no Congo.

## CPI dos Correios ouve Waldir Pires

A Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, realiza reunião hoje, às 10h,

para ouvir o ministro do Controle e da Transparência, Waldir Pires. Ele participa da reunião com os integrantes da sub-relatoria na condição de convidado.



## Ministro pode ser chamado a explicar operação tapa-buraco

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) examina hoje, às 10h, solicitação de autoria do senador José Jorge (PFL-PE) que convoca o ministro dos

Transportes, Alfredo Nascimento, e o diretor-geral do Dnit, Mauro Barbosa da Silva. De acordo com o requerimento, Nascimento e Mauro Barbosa serão convidados

a prestar esclarecimentos sobre a operação emergencial tapa-buraco nas rodovias federais em todo o país, realizada pelo governo federal.

## Operador de mercado depõe hoje

A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, se reúne hoje, às 10h, para ouvir o operador do mercado financeiro Alexandre Athayde Francisco, que diz ter informações sobre a fonte do caixa dois do Partido dos Trabalhadores. A oitiva será na sala 19 da Ala Alexandre Costa.

## Sub-Relatoria de Contratos

A chefe do Departamento Jurídico dos Correios, Maria de Fátima Seleme, responsável pela aprovação de notas jurídicas relativas a editais de licitação, fala à Sub-Relatoria de Contratos, da CPI dos Correios. Será ouvido também o chefe da Divisão de Operações na Internet, Maurício da Silva Marinho, filho do ex-diretor Maurício Marinho.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

*Site:* [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - *E-mail:* [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

*Tel.:* 0800 61-2211 - *Fax:* (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Aelton Freitas, Romeu Tuma, Tião Viana e Eduardo Suplicy

Senadores aprovaram ontem duas medidas provisórias que trancavam a pauta do Plenário, o que permitiu a deliberação de diversas matérias

## Programação monetária do primeiro semestre

A mensagem presidencial que traz a programação monetária para o primeiro semestre de 2006, elaborada pelo Banco Central, foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado. A autoridade monetária traça um cenário positivo para o período, baseando-se na recuperação das expectativas de consumidores e empresários brasileiros e no patamar elevado de renda real.

O documento também informa que a política fiscal deve ser conduzida de maneira a dar sustentabilidade à dívida pública, com balança comercial e indicadores de estabilidade favoráveis. O sistema de metas de inflação deve ser mantido.

## Proposta muda regra sobre usucapião

Rosevelt Pinheiro



Sérgio Cabral

O Plenário do Senado aprovou, em segundo turno, substitutivo à proposta que aumenta o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300 mil habitantes. A proposição (PEC 9/03), apresentada por Sérgio Cabral (PMDB-RJ), foi aprovada com 53 votos favoráveis e segue agora para a Câmara.

Segundo o novo parágrafo sugerido ao artigo 183 da Constituição, o direito ao usucapião nesses municípios deverá cobrir áreas urbanas de até 500 metros quadrados.

## Créditos beneficiam estados brasileiros

A contratação de oito operações de crédito externo com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi acolhida ontem em Plenário. Os recursos, num total de US\$ 931,6 milhões, beneficiarão diversos estados brasileiros.

Entre as operações autorizadas estão US\$ 658,3 milhões para reformas do setor de Previdência Social; US\$ 4 milhões para financiamento parcial do Projeto de Assistência Técnica para o Setor de Habitação; e US\$ 8 milhões para financiamento do Programa de Reformas para o Setor de Desenvolvimento Humano.

# Plenário aprova MP que abre crédito para recuperar estradas

Depois de uma longa discussão, o Senado aprovou, ontem, o texto original da Medida Provisória (MP) 266/05, que abre crédito extraordinário no Orçamento num valor total de R\$ 673,6 milhões para a recuperação de estradas federais em vários estados e para a realização de obras de infraestrutura. Aprovada sem emendas, a MP vai a promulgação.

Embora não apresentassem objeções ao conteúdo da medida provisória, os líderes dos partidos de oposição recomendaram o voto “não”, argumentando que o governo tem abusado da edição de MPs. Eles reclamaram que o governo as utiliza para fazer a execução orçamentária de 2006, uma vez que não estaria dando a atenção necessária à aprovação do Orçamento.

Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino (PFL-RN) também sustentaram que a rejeição da MP não prejudicaria nenhuma das obras que estão recebendo recursos, pois o Congresso seria obrigado a elaborar decreto legislativo disciplinando as relações jurídicas criadas pela medida durante sua



Durante a sessão, parlamentares discutem necessidade de disciplinar a edição de MPs

vigência. Vários senadores concordaram e houve longo debate, mas a matéria acabou sendo aprovada por 34 votos contra 26.

As obras de recuperação das rodovias e de construção de estradas receberão ao todo R\$ 187 milhões, que serão distribuídos entre os estados do Maranhão, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe, Ceará e Mato Grosso.

À construção do trecho entre Aguiarnópolis e Araguaína (TO) da Ferrovia Norte-Sul foram destinados R\$ 140 milhões. Obras de infraestrutura hídrica a

cargo do Ministério da Integração Nacional terão R\$ 31 milhões. Também há verbas para os metrô de Salvador e Fortaleza (R\$ 240 milhões) e para a implantação do corredor expresso de transporte coletivo urbano em São Paulo, no trecho entre Parque Dom Pedro II e Cidade de Tiradentes (R\$ 75 milhões).

A origem dos recursos destinados pela MP foram o superávit financeiro de R\$ 199,3 milhões apurado em 2004 e o corte de dotações orçamentárias de R\$ 474,2 milhões.

## Senadores pedem mudanças na elaboração do Orçamento

O longo debate sobre a Medida Provisória 266/05, que abre crédito extraordinário ao orçamento fiscal da União, de R\$ 673,6 milhões, obteve dois consensos no Plenário do Senado. Embora nem todos concordassem com a aprovação da MP, os senadores concluíram que é preciso modificar o processo de elaboração do Orçamento anual e disciplinar a edição de medidas provisórias.

O debate se originou com as críticas da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), para quem o governo faz do Orçamento uma “operação de caráter eleitoral”, e do senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), que afirmou que o governo, não se empenhando pela votação da lei orçamentária, utiliza medidas provisórias para executar o Orçamento.

Num discurso aplaudido por vários parlamentares, o senador

Sérgio Guerra (PSDB-PE) criticou a forma como é feita a lei orçamentária. Ele lembrou que é comum que parlamentares encarregados dos relatórios setoriais negociem com o governo um texto favorável em troca da inclusão de emendas de sua autoria. Sérgio Guerra também disse que as emendas não costumam ser analisadas pelo seu mérito, mas pelo seu valor. Para ele, esse modelo de atuação da comissão não serve mais e precisa ser revisto.

Concordando com as afirmações de Sérgio Guerra, o líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), chegou a defender o fim da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Já Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), presidente da CMO, concordou com a necessidade de modificá-la, mas defendeu sua manutenção, dizendo que ela é imprescindível.

## Fazenda responderá pelo seguro de crédito à exportação

O Senado aprovou ontem o projeto de conversão (PLV 1/06), proveniente da MP 267/05, que altera o seguro de crédito às exportações com o objetivo de facilitar a recuperação de créditos brasileiros no exterior e agilizar as garantias do seguro.

A MP passa para o Ministério da Fazenda todas as atividades do seguro, antes a cargo do Instituto de Resseguros do Brasil. Estabelece ainda que a União cobrará as dívidas do Programa de Financiamento às Exportações e do extinto Fundo de Financiamento à Exportação.

O relator no Senado, Ney Suassuna (PMDB-PB), definiu a matéria como de “muita importância para um país que pretende exportar cada vez mais”.

▶ Veja mais decisões nas páginas 4 e 5.

## Mudança no rito das MPs pode ser votada na quarta-feira

A proposta de emenda constitucional (PEC) que disciplina a edição de medidas provisórias, cujo primeiro signatário é o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), deverá ser votada na quarta-feira. Acordo negociado entre os líderes vai permitir a quebra de interstício.

A intenção do presidente Renan Calheiros, que chegou a fazer um apelo nesse sentido aos líderes, era votar a proposta (PEC 72/05) ontem. O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), não concordou em virtude de ser autor de algumas emendas que modificam o mérito da proposição. Ele propôs uma reunião de líderes na terça-feira, para debater as alterações que pretende fazer no texto original.

A principal modificação sugerida pela PEC é que medidas provisórias somente tenham força de lei após a aprovação pelo Congresso de seus requisitos de admissibilidade: relevância e urgência. Atualmente, as MPs já têm seus efeitos vigorando a partir de sua edição pelo presidente da República.

### Alternância

Outro ponto da proposição é a alternância no início da tramitação das MPs entre a Câmara e o Senado. De acordo com a atual regra, todas as medidas provisórias iniciam o trâmite pela Câmara e obstruem a pauta da Casa em que se encontram a partir do 45.º dia de vigência. Como o prazo corre em conjunto, normalmente é todo extinto na Câmara. A PEC propõe ainda que cada Casa tenha seu próprio limite de tempo para deliberar sobre a matéria.

Renan considera a PEC uma das principais matérias a serem analisadas no decorrer da convocação extraordinária. Em 2005, a pauta do Senado esteve trancada durante 65% das sessões deliberativas da Casa. Para ser aprovada, uma PEC deve passar por cinco sessões de discussão em primeiro turno e três em segundo turno, com votações ao final de cada um deles, exigindo quórum de 49 senadores para sua aprovação.

Se não houver alteração na sistemática de edição de MPs, advertiu ainda Renan, o Congresso continuará “verdadeiramente apequenado” na relação com o Executivo.



Um dos projetos que seguem à sanção permite a juízes de primeiro grau recusar apelação de sentença baseada em súmula do STF ou STJ. Outro facilita realização de atos processuais

## Senado aprova propostas que agilizam decisões da Justiça

Os juízes de primeira instância poderão deixar de receber recursos de apelação quando a sentença estiver de acordo com súmula do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou do Supremo Tribunal Federal (STF), procedimento já adotado pelos tribunais. Projeto nesse sentido, de iniciativa do governo, foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado e será enviado à sanção presidencial.

Os senadores também aprovaram, e vai à sanção, outro projeto do Executivo alterando o Código de Processo Civil, de modo a estabelecer que são nulas as cláusulas de eleição de foro nos contratos de adesão. As duas propostas, que tiveram como relator o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), visam dar celeridade às decisões judiciais.

Horas antes, os projetos haviam recebido parecer favorável da Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ). A proposição sobre recursos (PLC 90/05) também permite que o tribunal, quando identificar nulidade no processo ocorrida no juízo de origem, possa determinar a realização ou renovação do ato processual anulado, em vez de mandar os autos para providências da primeira instância.

Já a outra proposta (PLC 116/05) também faculta ao juiz reconhecer, de ofício ou a pedido do requerido, a incompetência de foro. Permite ainda que arguição de incompetência possa ser protocolizada no foro do domicílio do réu. A proposição altera dispositivos do Código de Processo Civil relativos a meios eletrônicos, prescrição, distribuição por dependência, exceção de incompetência, revelia, carta precatória e rogatória, ação rescisória e vista dos autos.

Mercadante lembrou que os

dois projetos integram a “reforma infraconstitucional do Poder Judiciário” e o “pacto de Estado em favor de um Judiciário mais rápido e republicano”, firmado entre representantes do Senado, da Câmara dos Deputados, e dos Poderes Executivo e Judiciário.

Na reunião de ontem, a CCJ aprovou projeto do Executivo (PLC 139/05) que tem o objetivo de adequar o ensino na Marinha aos conceitos da legislação vigente, como esclarece o relator, Demostenes Torres (PFL-GO).

A votação da proposta que estabelece o marco regulatório do gás natural (PLS 226/05), de autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), foi adiada para a próxima semana, a pedido do líder do governo, Aloizio Mercadante. Ele explicou que pretende tentar uma “última negociação” da matéria com o Poder Executivo.



Flávio Arns (D), ao lado de Sérgio Guerra, participa de debate na Comissão de Agricultura

## Regulamentação das sociedades cooperativas será votada no dia 14

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) marcou para o dia 14 de fevereiro a votação do projeto de lei que regulamenta as sociedades cooperativas. A decisão, adotada ontem, cumpre acordo feito antes da convocação extraordinária do Congresso Nacional entre os integrantes do colegiado.

Para viabilizar a votação naquela data, a reunião com os ministros da Agricultura, Roberto Rodrigues; do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto; e do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, anteriormente prevista para o dia 20 de fevereiro, será realizada no dia 9, às 9h, no gabinete de Roberto Rodrigues. Deverão participar do encontro os senadores da CRA e os presidentes das associações de cooperativas.

Para o senador Demostenes Torres (PFL-GO), relator da ma-

téria na CRA, é lamentável que o governo decida apresentar sugestões e realizar reuniões com senadores e segmentos interessados na proposta legislativa que está em análise somente quando o projeto está prestes a ser votado.

– O parecer está pronto e contempla a unicidade de representação das cooperativas [uma só cooperativa, por região geográfica e setor de atuação]. Há quem defenda a pluralidade de representação. Não há acordo possível entre as duas posições. É preciso decidir no voto – disse o relator.

O senador Osmar Dias (PDT-PR), autor do projeto e também favorável à unicidade de representação, lembrou que cabe somente aos parlamentares votar as propostas em tramitação no Senado. “Essa não é função dos ministros do Executivo ou dos presidentes das associações.”

## Osmar diz que países vêm adotando a regra da unicidade

O senador Osmar Dias (PDT-PR) pediu ontem a aprovação do projeto de lei de sua iniciativa que regulamenta o cooperativismo no Brasil. Ele observou que a proposta, de sua autoria, já tramita há sete anos. Comentou que a votação foi adiada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) por várias vezes, sob o argumento de que não teria havido tempo suficiente para os debates.

– Esse argumento é inaceitável. Se demormos muito para aprovar o projeto ele já estará desatualizado – reagiu Osmar Dias, ao informar que a CRA marcou para o dia 14 de fevereiro a votação da proposta.

Afirmado que o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, apóia seu projeto, ele explicou



Osmar alerta para risco de proposta ficar desatualizada com demora na votação

que há polêmica quanto a um dos pontos da matéria: o que determina a existência de apenas um órgão representativo das cooperativas no país. Observou que, nos países que adotaram a pluralidade de representação, o cooperativismo perdeu força, o que está levando à revisão desse princípio e à adoção da unicidade.

Jonas Pinheiro (PFL-MT) prometeu apoio a Osmar e lembrou que, desde que foi promulgada a atual Constituição federal, o país aguarda uma lei disciplinando o cooperativismo.



Antonio Carlos, entre os juízes do Trabalho Alberto Pereira, Horácio Pires, Rosa Weber e Vieira de Mello, preside a reunião da CCJ

## Senadores acolhem indicações para TST e Anac

O Plenário do Senado aprovou ontem quatro nomes indicados pelo presidente da República para ministros togados no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Foram acolhidos os juízes de tribunais regionais do Trabalho Horácio Raymundo de Senna Pires, da 5ª Região, Bahia; Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, 10ª Região, Distrito Federal; Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, 3ª Região, Minas Gerais; e Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, da 4ª Região, Rio Grande do Sul.

Pela manhã, os indicados foram sabatinados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Alberto Pereira disse ver com esperança o futuro do Poder Judiciário do país, devido à reforma em andamento. Rosa Weber afirmou, emocionada, que era uma honra ser sabatinada pelo Senado. Horácio Pires ressaltou que recebia com grande honra a indicação, porque o estado da Bahia está “ausente do tribunal há alguns anos”. E Vieira de Mello manifestou preocupação com a interpretação que possa

ser dada ao emprego das normas sobre direitos humanos.

### Aviação

Os senadores aprovaram ainda duas indicações para cargos de direção na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Os novos diretores são o ex-deputado federal Leur Lomanto, que vinha exercendo a chefia da assessoria parlamentar da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero); e o coronel da Aeronáutica Jorge Luiz Brito Velozo, que vinha atuando no Departamento de Aviação Civil.



## Suassuna cobra pólo petroquímico na Paraíba



Ney Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) reclamou ontem da falta de investimentos na Paraíba e pediu a criação de um pólo petroquímico em seu estado. Ele argumentou que já foi constatada a existência de petróleo e há boas perspectivas também para a extração de gás natural, o que justificaria o investimento.

O líder do PMDB queixou-se ainda do fato de a Paraíba não ser beneficiada pelo projeto original da Ferrovia Transnordestina.

Em aparte, o senador José Maranhão (PMDB-PB) apoiou a idéia do pólo petroquímico e ressaltou que essa será uma forma de reparar as injustiças sofridas pela Paraíba desde o governo anterior. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) reivindicou investimentos também para Mato Grosso do Sul.

## Mercadante presta homenagem à cidade de São Paulo



Aloizio Mercadante

Ao comemorar a passagem do aniversário de 452 anos da cidade de São Paulo, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP) leu ontem em Plenário a íntegra do poema de Mário de Andrade intitulado "Quando eu morrer", escrito ao final de sua vida. Nele o poeta pede para ser sepultado na cidade de São Paulo, citando diversos pontos da capital que, segundo o senador, marcaram a vida do autor.

– Hoje é aniversário da cidade em que moro e vivo. Pensei na melhor homenagem que poderia prestar a uma cidade que abriga gente de tantas partes, de tantas culturas e vertentes, que se sintetizam em uma forma de vida pungente de muito trabalho, e escolhi esse poema de Mário de Andrade – disse Mercadante.

O senador lembrou que, além de escritor, Mário foi músico, intelectual e esteve à frente da Semana da Arte Moderna e do movimento modernista, junto com Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade.

Medida que deverá ser implantada até 2010 pelos municípios, estados e Distrito Federal estabelece o ensino obrigatório a partir dos 6 anos e beneficia alunos de famílias de menor renda

# Proposta que amplia duração do ensino fundamental vai à sanção

Vai a sanção presidencial o projeto de Lei da Câmara dos Deputados que amplia de oito para nove anos a duração do ensino fundamental obrigatório oferecido a crianças a partir dos 6 anos de idade. A proposta, que foi aprovada ontem à noite pelo Plenário do Senado, em votação simbólica, estipula que a medida deverá ser implantada até 2010 pelos municípios, estados e Distrito Federal. Também dentro desse prazo será feita a adaptação ao novo modelo das pré-escolas, que passarão a atender a crianças de 4 e 5 anos de idade.

De acordo com o senador José Jorge (PFL-PE), que relatou a ma-



Projeto determina novo modelo de pré-escola para crianças entre 4 e 5 anos de idade

téria (PLC 144/05) na Comissão de Educação, a lei atual já fixa em 6 anos a idade para o início do ensino fundamental, mas não torna obrigatória a duração

de nove anos. Ele observou que entre as famílias de maior renda já se verifica uma prática bastante difundida de antecipar o início da escolarização fundamental.

## Senado aprova extensão do Fundef até 2016

O Plenário do Senado aprovou, em segundo turno, com 53 votos favoráveis, substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) à proposta de emenda à Constituição que amplia a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) até 2016. A matéria, que também define o valor mínimo anual a ser aplicado nacionalmente por aluno, segue agora para a Câmara dos Deputados.

Pelo texto aprovado (PEC

29/02), os estados, o Distrito Federal e os municípios continuam obrigados a aplicar pelo menos 60% dos recursos destinados à educação na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental até 2016. Ficou mantida ainda a obrigatoriedade de a União complementar os recursos dos Fundefs instituídos no âmbito dos estados e do Distrito Federal quando o valor anual por aluno ficar abaixo do mínimo definido nacionalmente.

O substitutivo traz inovações, como atribuir ao Tribunal de

Contas da União (TCU) a responsabilidade pelo cálculo do valor mínimo anual por aluno. Esse valor deverá corresponder à razão entre a previsão da receita total para o Fundef e o total de matrículas no ensino fundamental no ano anterior, acrescida do total estimado de novas matrículas. Ressalva, entretanto, que nos primeiros, segundo e terceiro anos da vigência dessa emenda constitucional, o valor mínimo anual por aluno será, respectivamente, de 70%, 80% e 90% do calculado pelo tribunal.

## Fim da verticalização passa na Câmara

A proposta de emenda constitucional (PEC) que acaba com a verticalização nas coligações partidárias foi aprovada ontem pela Câmara, em primeiro turno, por 343 votos a 143, com 1 abstenção. A proposta teve início no Senado, onde havia sido aprovada em 2002.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem, após almoço com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o senador José Sarney (PMDB-AP), que Lula revelou não ter nada contra o fim da verticalização. Esse, segundo Renan, foi o tema principal da conversa, e o presidente teria dito que vê como natural a extinção do instituto.

Renan frisou que entendeu a manifestação do presidente como um reforço para o Con-



Renan afirma que, durante conversa, Lula lhe disse nada ter contra decisão

gresso, "se for o caso, mais tarde, acabar com essa camisa-de-força".

O senador assinalou que Lula tem a preocupação de que o fim do instituto não signifique "um estupro do PT, ou uma decisão de todos os outros partidos contra o PT".

Para Renan, o PMDB talvez

seja o partido mais unido no que diz respeito à derrubada da verticalização. Conforme disse, Lula não fez comentários sobre as prévias do PMDB para a escolha do candidato do partido à Presidência da República. Disse que o presidente pediu apoio para que o novo salário mínimo de R\$ 350 seja aprovado.

## Virgílio critica aumento da dívida pública para R\$ 1 tri

Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou o aumento da dívida pública interna, que encerrou 2005 em R\$ 979,66 bilhões. Ele destacou que o aumento registrado no ano passado – de R\$ 140,9 bilhões – teve como principal causa a alta taxa de juros.

– Em três anos de governo Lula, a dívida cresceu de R\$ 623 bilhões para R\$ 979,66 bilhões. E, como esse último número refere-se a 31 de dezembro passado, é bem provável que já se tenha alcançado R\$ 1 trilhão.

Mas o líder do PSDB reconheceu que, nos oito anos do governo Fernando Henrique, a dívida pública interna aumentou de R\$ 60 bilhões para cerca de R\$ 600 bilhões.

Segundo Virgílio, o crescimento da dívida na gestão Fernando Henrique ocorreu "devido aos vários esqueletos que foram absorvidos com a renegociação de compromissos deixados por governos anteriores", como foram os casos da Embraer, do Lloyds e da Rede Ferroviária Federal, e também com a renegociação das dívidas de estados e municípios.

## Heloísa: PSOL quer evitar pagamento pela convocação

A senadora Heloísa Helena (AL), falando pela liderança do PSOL, leu em Plenário documento encaminhado aos presidentes do Senado e da Câmara em que os parlamentares do partido nas duas Casas abrem mão do pagamento da segunda parcela da remuneração referente à convocação extraordinária. Heloísa leu, ainda, nota do PSOL encaminhada ao presidente do Congresso, Renan Calheiros, solicitando que tome as providências para "impedir essa despesa".

O argumento utilizado foi a recente aprovação de dois projetos de decreto legislativo pelo Senado e pela Câmara vedando o pagamento de remuneração extra aos parlamentares na convocação extraordinária. A nota diz que a bancada do PSOL, que já tinha optado por não receber, ou por fazer o repasse dos recursos para instituições sociais, "mais uma vez rejeita esse pagamento".



Heloísa Helena



Fotos: Rosewell Pinheiro



Tebet quer derrubar veto a projeto que complementa aposentadoria de carteiros

## Aposentadoria complementar para todos os carteiros

Ao homenagear os carteiros pelo seu dia, comemorado ontem, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu aos parlamentares que derrubem o veto ao projeto de iniciativa da Câmara (PLC 06/02) que estende a garantia de complementação de aposentadoria a todos os empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, independentemente de regime jurídico de trabalho e da data de admissão.

Aprovado na Câmara e no Senado, o projeto foi vetado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso em 2002. Para Tebet, a derrubada do veto seria uma justa homenagem à categoria.

## Mozarildo Cavalcanti presta homenagem ao Dia do Carteiro

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comemorou ontem a passagem do Dia do Carteiro. A data resgata a memória da criação do Correio-Mor no Brasil em 25 de janeiro de 1663. Preocupado com a imagem da profissão em virtude da comissão parlamentar de inquérito instalada com o nome dos Correios, o senador pediu a distinção entre os carteiros e os envolvidos nas denúncias.

– Os atos foram praticados por técnicos, burocratas e políticos. Quero cumprimentar todos os carteiros e dizer que temos confiança no trabalho deles, que se arriscam para entregar correspondências e encomendas de forma cada vez mais eficiente – disse.



Mozarildo diz que carteiros nada têm a ver com denunciados à CPI dos Correios

Senador critica resultados do leilão de energia, que revelaria o reconhecimento por parte do governo federal da existência de crise no setor na região Nordeste

# Tourinho manifesta preocupação com setor de energia elétrica

Ao avaliar os resultados do leilão de energia elétrica promovido pelo governo federal, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) manifestou preocupação com o setor, principalmente no tocante ao Nordeste. Segundo o senador, embora o consumo de energia dessa região apresente crescimento superior ao da média nacional, apenas 8,5% da energia contratada foram destinados a ela. No entendimento de Tourinho, a situação se agrava por não haver usinas disponíveis que possam viabilizar transferências de energia hidrelétrica para a região em caso de emergência.

– Que existe crise de energia no Nordeste, não é uma opinião apenas minha. O próprio governo



Para Tourinho, a energia adquirida em leilão é de baixa qualidade e não é nova

federal reconhece sua existência, ao fazer uma compra emergencial de energia para a região com três anos de antecedência e por 15 anos – assinalou.

Para Tourinho, a energia emergencial deveria ser contratada

pelo período em que perdurar o problema, e não por um prazo fixo. O senador ainda criticou a baixa qualidade da energia comprada e pediu esclarecimentos do governo federal sobre a contratação, pelo leilão, da Eletrobrás, Termoceará e Termorio. A seu ver, uma vez que essas usinas já estão em funcionamento, não poderiam ser consideradas como geradoras de energia nova.

Em aparte, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) disse que a falta de regras vigentes no país para o “fator de potência dos motores” gera muito desperdício de energia elétrica. Para ele, o Brasil poderia economizar cerca de 20% de sua energia planejando para evitar perda da energia na distribuição.

## Maguito: restauração de estradas não é eleitoreira



Maguito Vilela

O Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas, do Ministério dos Transportes, foi defendido pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Ele contestou as críticas da oposição de que as obras do programa – também chamado de “operação tapa-buracos” – teriam fins eleitoreiros. O senador argumentou que “estradas ruins representam perda de vidas, já que os acidentes se acumulam na mesma proporção que os buracos, e prejuízos para o setor produtivo”. Segundo ele, o transporte rodoviário responde pelo escoamento de mais de 80% do que se produz no campo.

– Mais de 26 mil quilômetros de rodovias serão recuperados – declarou Maguito.

## Demostenes reclama do estado das rodovias de GO



Demostenes Torres

Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou ontem que há “descaso” do governo em relação a obras rodoviárias e ferroviárias previstas para Goiás. O pefelista disse que, embora esteja satisfeito com a indicação de um conterrâneo, o engenheiro civil Mauro Barbosa da Silva, para a presidência do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (DNIT), está indignado com a paralisação de trecho da Ferrovia Norte-Sul, com a suspensão da construção de ramal da Ferronorte e com buracos nas rodovias do estado. O senador comentou ainda que a duplicação da BR-153 estaria “a passos de tartaruga” entre Aparecida e Itumbiara e teria sido suspensa entre Anápolis e Porangatu.

## Amir Lando defende regularização de terras na Amazônia

Além da pressão social, é necessária vontade política para o Brasil resolver seus problemas fundiários. Essa foi a manifestação feita ontem pelo senador Amir Lando (PMDB-RO), para quem a cultura efetiva e a moradia habitual é que dão legitimidade à ocupação de terras públicas, e não “as grandes invasões promovidas por movimentos de trabalhadores sem-terra”. Na avaliação de Amir Lando, o que realmente interessa é



Amir Lando: a posse da terra deve ser de quem a utiliza para sobrevivência

que a terra seja utilizada por quem quer transformá-la num meio de viver com dignidade. O parlamentar afirmou que a Lei 11.196/05 reúne os instrumentos necessários para regularizar a maioria das ocupações de terras na Amazônia, e lembrou que foi relator da medida provisória que

originou essa norma.

– Trabalhei na questão agrária como advogado do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Desapropriei milhares de hectares. Daí meu compromisso permanente com o processo de reforma agrária, que deve cada vez mais ser aprofundado – afirmou Amir Lando.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que a falta de um maior entendimento entre o Incra e os órgãos estaduais que cuidam da questão agrária impediria o aumento no número de assentamentos. Por esse motivo, ele defendeu uma maior descentralização de todo o processo de reforma agrária.



Segundo Suplicy, Evo Morales pretende priorizar integração econômica da Bolívia

## Suplicy diz que Evo Morales vai dialogar com oposição e EUA

Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou viagem que fez à Bolívia integrando a delegação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na posse do novo presidente daquele país, Evo Morales, no último domingo. Segundo Suplicy, o novo presidente boliviano manifestou-se propenso a iniciar “um diálogo construtivo” com a oposição no seu país.

– Morales pretende priorizar a integração econômica da Bolívia, principalmente com os países da América do Sul. Mas falou em conversar até com os Estados Unidos – enfatizou o senador.

Suplicy também lembrou o aniversário da cidade de São Paulo, comemorado ontem.



Crivella lembra Dia Internacional de Recordação das Vítimas do Holocausto

## Crivella recorda judeus vítimas do Holocausto

Marcelo Crivella (PRB-RJ) registrou a presença em Plenário ontem da embaixadora de Israel, Tzipora Rimón, lembrando que o dia 27 deste mês é o Dia Internacional de Recordação das Vítimas do Holocausto, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em aparte, o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) informou que requereu convocação de sessão especial no dia 27 para lembrar a data.

Nesse dia, explicou Crivella, instituições e organizações em todo o mundo abordarão o assunto para evitar tragédias como o assassinato de cerca de 6 milhões de judeus, nas décadas de 30 e 40, por nazistas alemães.





Delcídio Amaral (E) diz que autoridades americanas estão, agora, dispostas a colaborar

## Comitiva da CPI dos Correios embarca na terça para os EUA

Representantes da CPI dos Correios irão aos Estados Unidos na próxima terça-feira. A comitiva será formada pelo relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), e pelos relatores-adjuntos, deputados Eduardo Paes (PSDB-RJ) e Maurício Rands (PT-PE). A data foi marcada depois de entendimentos feitos com as autoridades norte-americanas. Foram meses de negociações, que tiveram o auxílio do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

O objetivo da viagem aos Estados Unidos é levantar informa-

ções sobre as contas do publicitário Duda Mendonça no exterior. Osmar Serraglio, Eduardo Paes e Maurício Rands irão à Promotoria Distrital de Nova York, onde deverão ser recebidos pelo procurador-chefe do estado, Robert Morgenthau. O roteiro inclui ainda o Departamento de Justiça de Washington e a Procuradoria de Miami.

O presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), se disse otimista em relação à missão.

– Acho que, agora, eles estão realmente dispostos a colaborar – afirmou o parlamentar.

## Depoente suspeita de influência política na nomeação de diretor

Em depoimento à CPI dos Correios, o ex-diretor financeiro do Real Grandeza (fundo de pensão de Furnas Centrais Elétricas e Eletronuclear), Jorge Freitas, afirmou que, provavelmente, a indicação do ex-diretor do fundo Marco Antônio Carvalho Gomes tenha sido facilitada por ele ser sindicalista conhecido do PT.

– Não sei se o nome dele teve indicação do PT, mas é provável que tenha pesado o fato de ele conhecer o PT – observou.

Segundo o sub-relator de Fundos de Pensão, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-

BA), a recomendação política na nomeação da diretoria ficou evidente.

– Percebe-se claramente que o PT teve participação fundamental na confirmação do diretor principal da Real Grandeza [Marco Antônio Carvalho Gomes] – disse.

Para o deputado, ficou “patente a opção equivocada da diretoria do fundo” pelos investimentos nos bancos Santos, BMG e Rural. Freitas justificou a escolha dessas instituições com o argumento de que buscava maior lucratividade, seguindo determinação do conselho deliberativo do fundo.

Entendimento entre Palocci e lideranças antecipa horário do depoimento, anteriormente marcado para o período da tarde. E a discussão do relatório do caso GTech/Caixa foi adiada

# Ministro da Fazenda depõe a partir das 10h na CPI dos Bingos

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), anunciou ontem que o depoimento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, vai começar às 10h de hoje. Anteriormente marcado para a tarde, o depoimento foi antecipado depois de entendimentos entre os líderes partidários.

– Nós solicitamos, depois do entendimento entre as lideranças e o ministro, que pudéssemos ter o depoimento a partir das 10h. Iremos iniciar às 10h em ponto o depoimento do ministro – afirmou Efraim.

O anúncio foi feito durante a

reunião administrativa do colegiado na qual foram aprovados quatro requerimentos. O destaque fica para o que convida o deputado estadual Romeu Tuma Júnior para comparecer perante os senadores da CPI. Tuma Júnior era o delegado responsável pela região onde foi encontrado o cadáver do prefeito petista de Santo André, Celso Daniel, assassinado em janeiro de 2002.

No início da reunião, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que o adolescente conhecido como Lalo, de 20 anos de idade, foi recapturado pela polícia no interior de São Paulo. Assassino confesso do

prefeito Celso Daniel, Lalo estava foragido desde 29 de junho último. À época do crime, o adolescente tinha apenas 16 anos e afirmou ter atirado no prefeito a mando do líder da quadrilha que seqüestrou Celso Daniel.

De acordo com a legislação, como Lalo era menor na data em que cometeu o crime, ele pode ser libertado ao completar 21 anos. Suplicy sugeriu que a comissão envie representantes para tomar o depoimento de Lalo. Efraim Morais avisou que a proposta será avaliada nas próximas reuniões da CPI dos Bingos.

## Emendas adiam discussão do relatório GTech/Caixa

A discussão e a votação do relatório parcial sobre o caso GTech/Caixa, marcadas para ontem na CPI dos Bingos, foram adiadas para a próxima terça-feira. A decisão foi tomada pelos senadores logo após o relator Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ter recebido oito emendas ao seu relatório parcial.

– O relator solicitou mais um prazo para estudar e decidir em relação às emendas – explicou o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB).

Sete emendas são de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO). A maioria delas trata de aspectos técnicos da renovação do contrato de gerenciamento lotérico. A Emenda 6 solicita que a CPI aja “com cautela ao utilizar elementos” do Relatório de Inspeção do Tribunal de Contas da União (TCU), citado diversas vezes no relatório. A justificativa do senador é que o documento do



Efraim, sentado, observa negociação entre senadores durante reunião da comissão

TCU é preliminar.

A Emenda 7 de Raupp pede ainda que sejam retirados os nomes de Jorge Mattoso, Paulo Bretas, Carlos Eduardo Fernandes da Silveira e de José Carlos Alves da parte do relatório parcial chamada de “Encaminhamentos”, na qual Garibaldi qualifica e enumera os crimes supostamente cometidos por 37 pessoas físicas e jurídicas investigadas pela CPI.

“Não se observou ao longo da leitura do relatório a presença de fatos e condutas que justifiquem o enquadramento penal das pessoas supracitadas”, justificou Raupp. No relatório, Garibaldi sugere o enquadramento penal delas. Mattoso, presidente da Caixa, é enquadrado em crimes contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa.



José Jorge afirma que comissão deve enviar relatório ao Ministério Público

## Para José Jorge, morte do ex-prefeito Celso Daniel já foi esclarecida

O líder da Minoria no Senado, José Jorge (PFL-PE), está convencido de que a CPI dos Bingos já esclareceu três questões fundamentais ligadas à morte do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel: a confirmação de que o crime foi de mando, e não comum; a existência de uma “operação abafa”, conduzida por petistas para esconder

a real motivação do crime; e a comprovação de um esquema de corrupção na prefeitura.

– Acho que a CPI não deve mais investigar esse crime. Como tudo já é sabido, deve encaminhar logo o relatório ao Ministério Público para agilizar a punição dos culpados – disse.

A opinião do senador foi influenciada pelos depoimentos do

médico legista Paulo Vasques e do delegado da Polícia Federal José Luna, ouvidos na terça-feira pela CPI dos Bingos. Além de sustentar que Celso Daniel foi torturado antes de morrer, Vasques afirmou que o assassinato foi um crime de mando. Já Luna teria comprovado a “operação abafa” ao confirmar sua indicação para o caso por

petistas e a interferência destes nas investigações.

– A farsa está sendo desmontada e a verdade está vindo à tona pela coragem da CPI – comentou o senador.

José Jorge elogiou o trabalho do Ministério Público de São Paulo, que estaria atuando para derrubar as falsas evidências montadas no inquérito policial.



Virgílio: governo deveria se desculpar por não ter conseguido dobrar o mínimo

## Arthur Virgílio e Mercadante debatem novo salário mínimo

O aumento do salário mínimo – de R\$ 300 para R\$ 350 –, que irá vigorar a partir de abril, foi alvo de debate ontem entre os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Aloizio Mercadante (PT-SP). Ao discursar em Plenário, Virgílio, líder do PSDB no Senado, disse que “o certo seria o governo se desculpar por não ter conseguido dobrar o valor real do salário mínimo, como Lula prometera na campanha eleitoral de 2002, em vez de tentar transformar em vitória o que na verdade é uma derrota”. Já Mercadante, líder do governo no Senado, rebateu dizendo que “este é, pela média, o melhor salário mínimo dos últimos 25 anos, e representa um aumento real de 13% em relação ao piso de R\$ 300”.

Segundo Mercadante, em 2002 era possível comprar 63 kg de feijão ou 131 kg de arroz com um salário mínimo; hoje, com o novo valor, seria possível adquirir 133 kg de feijão ou 257 kg de arroz. Já em relação ao cimento, ele disse que o mínimo comprava 11 sacas de 50 kg em 2002, enquanto hoje seria capaz de adquirir 21 sacas.

– Dobramos a capacidade de compra em relação à cesta básica – frisou.

Por sua vez, Arthur Virgílio reiterou que, ao afirmar em 2002 que iria dobrar o poder de compra do mínimo, Lula “ganhou votos de maneira leviana, pois não cumpriu o que prometeu”. O líder do PSDB também afirmou que “o presidente está terminando seu mandato com um aumento do salário mínimo que se aproxima do prometido por José Serra”.

– Quem venceu a eleição? Aquele que faltou com a verdade – declarou Virgílio, acrescentando que Serra “foi sincero em sua campanha eleitoral de 2002, ao expor com responsabilidade um projeto exequível do mínimo”.

Quanto à capacidade de compra frente à cesta básica, Virgílio disse que, em 2002, era possível adquirir, com o mínimo, 1,43 cesta básica; com o novo valor, compra-se 1,91 cesta básica.

Ministro do Trabalho apóia proposta do senador Paulo Paim de calcular contribuição das empresas para a Previdência sobre o faturamento, e não sobre a folha de pagamento

## Para ministro, Previdência deve taxar faturamento de empresas

Em audiência pública na Comissão Mista do Salário Mínimo, ontem, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, apoiou a proposta do senador Paulo Paim (PT-RS) de que o cálculo da contribuição das empresas para a Previdência seja feito sobre o faturamento e não sobre a folha de pagamento, como ocorre atualmente.

– Basta analisar a evolução do valor da folha de pagamento e do faturamento de empresas como Ford, Volks ou bancos para ver como a folha de pagamento tem sido cada vez menor em relação ao aumento do faturamento – disse o ministro.

Luiz Marinho defendeu a manutenção do salário mínimo como o indexador do piso para os benefícios da Previdência. Ele prometeu encaminhar ao presidente Lula a proposta da comissão para que o novo mínimo de R\$ 350 seja instituído por projeto de lei e não por medida provisória.



Luiz Marinho (E) fala durante audiência pública da Comissão Mista do Salário Mínimo

### Redução do déficit

Marinho afirmou que a projeção do déficit da Previdência, que era de R\$ 45 bilhões, diminuiu para R\$ 37 bilhões. Essa redução, para o ministro, é resultado da gestão do governo Lula. Ele acrescentou que o recadastramento dos aposentados e pensionistas que está em andamento pode melhorar esse resultado, com a eliminação de possíveis fraudes.

O ministro disse também que o reajuste atual de cerca de 13% para o salário mínimo não poderá

ser mantido como base permanente. Os critérios de reajuste permanente do salário mínimo, segundo Marinho, devem ser baseados no poder de compra.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) levantou a questão da indexação dos pagamentos da Previdência ao salário mínimo. O parlamentar já havia alertado anteriormente para as dificuldades de aumentar o valor real do salário e mantê-lo como indexador da Previdência. Ele afirmou ainda que o aumento do mínimo é elogiável.

## Comissão apresenta roteiro de trabalho

A Comissão Especial Mista do Salário Mínimo aprovou ontem um cronograma de trabalho para o primeiro semestre deste ano, durante a realização da primeira reunião administrativa do colegiado, criado em dezembro último para elaborar uma política permanente de reajuste do salário mínimo. Já no próximo dia 31, os parlamentares vão ouvir representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

O roteiro de trabalho da comissão prevê a realização de audiências públicas e encontros regionais com a participação das entidades representativas dos trabalhadores e empregadores, de órgãos do poder público e organismos internacionais. Serão promovidos encontros regionais em Curitiba, São Paulo, Manaus, Salvador e Campo Grande, conforme informou o relator da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS).

– A comissão vai ouvir as entidades representativas de todas as tendências e trabalhar durante todo este ano para apresentar uma proposta definitiva de reajuste do salário mínimo, para que não tenhamos que discutir depois se o salário mínimo terá R\$ 30 a mais ou a menos, independentemente de quem for o presidente da República – disse Paim.

O senador frisou ainda que o cronograma poderá sofrer acréscimos, como forma de ampliar a participação da sociedade na discussão sobre o mínimo.

## Paulo Paim quer debater situação de aposentados

O relator da Comissão Especial Mista do Salário Mínimo, senador Paulo Paim (PT-RS), defendeu ontem a discussão, no âmbito do colegiado, de uma política permanente de valorização dos benefícios de aposentados e pensionistas.

– A comissão vai ter que insistir nesse debate, ela precisa ir além do salário mínimo. Não interessa apenas valorizar o salário mínimo, pois quem se aposenta hoje recebe menos 30% em média do que recebia na ativa. É preciso definir uma política que também garanta o mesmo poder de compra que havia no ato da aposentadoria – argumentou Paim.

Nos próximos dez anos, segundo Paim, o Brasil será o quinto país com a população mais idosa do mundo e precisará contar com uma política permanente de reajuste dos benefícios de aposentados e pensionistas.

– Essa política deverá ser construída em parceria com o Congresso e o Poder Executivo. Já temos o Estatuto do Idoso e uma política para a melhor idade, mas não temos uma política de reajuste dos benefícios – explicou Paim, autor do estatuto, que foi sancionado pelo presidente Lula há três anos (Lei 10.741/03).

Entre as sugestões avaliadas por Paulo Paim para beneficiar os aposentados e pensionistas, está a que propõe o reajuste anual do benefício a partir da variação do produto interno bruto (PIB).



Saturnino diz que aumento é histórico por garantir um reajuste real de 13%

## Saturnino comemora salário mínimo de R\$ 350

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) comemorou ontem o reajuste do salário mínimo, cujo valor passará a ser de R\$ 350 a partir de abril, um mês antes do habitual. Saturnino considerou o aumento histórico, em razão do reajuste real que foi concedido. De acordo com o Ministério do Trabalho, este foi o maior aumento dos últimos dez anos (13%, já descontada a inflação).

A antecipação do aumento do salário mínimo, que normalmente é concedido em maio, é, na avaliação do senador, o começo de uma política de antecipações que deverá fazer com que os reajustes passem a acontecer em janeiro.



Presidente não cumpriu promessa de dobrar o valor do mínimo, critica Agripino

## Agripino diz que Lula deve pedir desculpas ao povo brasileiro

Ao comentar o aumento do salário mínimo para R\$ 350, o senador José Agripino (PFL-RN) disse que o presidente Lula “não tem direito de vangloriar-se de coisa nenhuma; ao contrário, ele tem que pedir desculpas ao povo brasileiro por ter sido incompetente e não ter criado as condições de viabilizar aquela que era cláusula pétrea do seu governo: dobrar o valor do salário mínimo”.

Agripino observou que, para cumprir a promessa de dobrar o valor real do salário mínimo, feita durante a campanha que o elegeu presidente da República, Lula deveria ter anunciado um mínimo de R\$ 580.